



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1013751-95.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Prestação de Serviços**  
 Requerente: **Instituição Paulista Adventista de Educação e Assistência Social**  
 Requerido: **Kristian Schwenda dos Pires**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

INSTITUTO PAULISTA ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, qualificado na inicial, ajuizou ação de cobrança em face de KRISTIAN SCHWENDA DOS PIRES, também qualificado, alegando ter firmando com o requerido contrato de prestação de serviços educacionais em favor de seus filhos, *Victor Hugo* e *Yasmin Rui*, sendo que efetivamente prestou os serviços educacionais, todavia, o requerido deixou de pagar as respectivas mensalidades, de janeiro a outubro de 2017, totalizando um débito de R\$ 18.525,51, no momento da propositura da ação, de modo que requereu a condenação do réu ao pagamento da referida quantia, além das mensalidades que se vencerem no curso desta ação.

O requerido, devidamente citado, deixou de apresentar contestação.  
 É o relatório.

DECIDO.

A causa comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, I, do Código de Processo Civil, sendo que a revelia faz presumir verdadeiros os fatos narrados na inicial, conforme art. 344, do CPC.

A prova da contratação está às fls. 38/45, sendo de rigor a procedência da ação, cumprindo ao requerido pagar o valor devido pelo inadimplemento, que soma R\$ 18.525,51, acrescida de correção monetária pelos índices do INPC, como ainda de juros de mora de 1,0% ao mês, ambos a contar da data do vencimento.

Tratando-se a presente ação de cobrança de prestações periódicas, nos termos do quanto disposto no art. 323, do CPC, arcará ainda o réu com o valor das prestações vencidas e não pagas no curso do processo, desde que devidamente comprovadas, as quais deverão ser incluídas na condenação, podendo ser executadas as vencidas até a data de início da execução do julgado.

O réu sucumbe e deverá, assim, arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Isto posto JULGO PROCEDENTE a presente ação, em consequência do que CONDENO o réu Kristian Schwenda dos Pires a pagar à autora INSTITUIÇÃO

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****5ª VARA CÍVEL****RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

PAULISTA ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL a importância de R\$ 18.525,51 (*dezoito mil, quinhentos e vinte e cinco reais e cinquenta e um centavos*), referentes as parcelas de janeiro a outubro do ano letivo de 2017, bem como as parcelas vencidas e não pagas ao longo do processo, acrescidas de correção monetária pelos índices do INPC, como ainda de juros de mora de 1,0% ao mês, ambos a contar da data do vencimento; e CONDENO o réu ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Publique-se. Intime-se.

São Carlos, 23 de abril de 2018.

**Vilson Palaro Júnior**

**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**